



V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXX Seminário de Iniciação Científica
XV Salão de Ensino e Extensão
V Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
IV Seminário de Inovação Tecnológica

De 28 de outubro a
01 de novembro de 2024

INSCRIÇÕES ABERTAS

 UNISC

Título:	MAPEANDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DA REGULAMENTAÇÃO AOS PRINCIPAIS MECANISMOS DE REALIZAÇÃO		
Autores:	Igor Rodrigues Bittencourt Caroline Muller Bitencourt		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo:	<p>O presente artigo tem o objetivo de mapear as principais regulamentações normativas que prevê as possibilidades e instrumentos de participação popular e controle social presentes na Constituição de 1988 e nas normas infraconstitucionais, visando compreender a extensão da participação popular em todo o ordenamento jurídico brasileiro. Com tal mapeamento, será possível conhecer e compreender a evolução normativa da participação e controle social permitindo visualizar os caminhos percorridos pela administração pública para viabilizar o seu exercício, as formas de participação e controle e os mecanismos dispostos a sua concretização. Esse estudo está inserido no âmbito do Projeto de Pesquisa Administração Pública Digital no Brasil no século XXI: possibilidades inovadoras, desafios de um regime jurídico adequado e contribuições às políticas públicas. A pesquisa se mostra relevante, pois a participação cidadã é um pilar fundamental da democracia, promovendo transparência, legitimidade e controle social sobre as ações da Administração Pública. Dentro desse contexto, o problema de pesquisa que este artigo se propõe a abordar é: Quais as principais normativas Constitucionais e infraconstitucionais, além dos mecanismos de controle social, previstos e potencializados no âmbito da administração pública digital? Para responder a essa questão, o estudo foi estruturado em três partes principais. Primeiramente, realiza-se um mapeamento dos dispositivos constitucionais relacionados à participação popular, analisando como cada um deles está previsto e quais são os conteúdos e mecanismos abordados. Em seguida, o mesmo mapeamento é aplicado as principais normas infraconstitucionais investigando como essas normas complementam e operacionalizam os dispositivos constitucionais, a partir de uma pesquisa realizada com palavras chaves quanti e qualitativa nos sites governamentais. Por fim, discutimos a aplicação prática desses mecanismos, identificando quais tem sido utilizado com mais incidência pela administração pública para</p>		

Site do Evento: www.unisc.br/Mostra



V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXX Seminário de Iniciação Científica
XV Salão de Ensino e Extensão
V Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
IV Seminário de Inovação Tecnológica

De 28 de outubro a
01 de novembro de 2024

INSCRIÇÕES ABERTAS

UNISC

viabilizar a participação e controle social. A hipótese central deste trabalho é que é possível realizar um levantamento abrangente dos dispositivos relacionados à participação popular, tanto na Constituição quanto nas normas infraconstitucionais, evidenciando a existência de um arcabouço jurídico robusto, mas que não recebe tratamento uniforme em relação aos seus instrumentos e mecanismos. A metodologia utilizada para a realização deste estudo inclui uma revisão bibliográfica e exploratória de artigos científicos, documentos governamentais, legislação e doutrina. Essa abordagem permite uma análise detalhada e crítica dos mecanismos de participação popular, proporcionando uma visão ampla e fundamentada sobre o tema. Em conclusões parciais, observou-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece diversos dispositivos que visam promover a participação do cidadão na vida pública, e que as normas infraconstitucionais desempenham um papel crucial na regulamentação desses dispositivos. Dentro desse contexto, muitas situações serão potencializadas pelo uso de consultas por meios digitais, pela possibilidade de divulgação dos resultados e pela maior acessibilidade da comunicação. Dentre as legislações infraconstitucionais, destacam-se as seguintes: Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei nº 14.129 (Governo Digital), Decreto nº 11.558, Decreto nº 9.203 e Decreto nº 7.507.

Link do Vídeo:

<https://drive.google.com/file/d/1cK3rKFBsYl9DnfbfAKS5jRnPqW4HeMgd/view?usp=sharing>